



Pesquisa



Tecnologia



Sociedade



2017

Demonstrativo
Financeiro





2017

Demonstrativo
Financeiro

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fernando Damata Pimentel
Governador

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira
Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Pedro Cláudio Coutinho Leitão
Secretário de Estado

Amarildo José Brumano Kalil
Secretário-Adjunto

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS – EPAMIG

DIRETORIA-EXECUTIVA

Rui da Silva Verneque
Presidente

Trazilbo José de Paula Júnior
Diretor de Operações Técnicas

Guilherme Henrique de Azevedo Machado
Diretor de Administração e Finanças

COORDENAÇÃO

Patrícia França Teixeira
Chefe do Departamento de Orçamento e Finanças

ELABORAÇÃO

Luciana Paula Xavier Ribeiro
Chefe da Divisão Contábil Fiscal

CAPA

Ângela B. de Oliveira
Departamento de Informações Tecnológicas

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o Relatório de Demonstrações Financeiras da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG, referente ao exercício 2017, elaborado em conformidade com a legislação societária brasileira – Lei nº 6.404/76, com modificações pela lei nº 11.638/2007 – e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações técnicas emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, e pela Legislação Tributária vigente, às quais julgamos suficientes para demonstrar aos nossos mantenedores, aos órgãos federais, estaduais e municipais, à sociedade e aos clientes o desempenho da Empresa, compreendendo:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado dos Exercícios
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
- Parecer do Conselho Fiscal

Os registros dos fatos contábeis basearam-se em documentação hábil, que se encontra em nossos arquivos, à disposição daqueles que, devidamente credenciados, queiram examiná-la.

RUI DA SILVA VERNEQUE
Presidente

QUADRO 1 - BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

ATIVO	NOTA EXPLICATIVA	2017	2016	PASSIVO	NOTA EXPLICATIVA	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE		41.337.118,36	40.983.463,74	PASSIVO CIRCULANTE		36.771.932,99	35.954.349,25
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	18.748.763,81	20.250.217,94	Fornecedores		1.843.643,62	1.040.392,37
Clientes	4	1.657.058,82	1.425.880,98	Salários e Encargos a Pagar	9	6.194.161,30	5.989.093,76
Contas a Receber do Tesouro Estadual	4	7.142.904,59	6.938.622,03	Impostos e Contribuições a Recolher	10	1.694.281,47	2.432.667,49
Recursos a Receber do Estado - CERES	7	1.096.169,27	0,00	Obrigações Trabalhistas	9	9.398.788,19	9.107.746,16
Estoques	5	9.005.583,41	9.234.392,57	Outras Provisões - CERES	15	1.096.169,27	0,00
Adiantamentos		1.614.734,63	1.400.106,00	Credores por Convênios	11	13.430.302,58	13.699.174,23
Impostos a Recuperar /Compensar		1.651.584,58	1.030.442,35	Parcelamentos INSS / FNDE / SRF	12	2.141.292,59	2.681.608,76
Despesas Antecipadas		399.474,34	698.778,58	Adiantamentos de Clientes		540.048,76	617.127,57
Outros Ativos	6	20.844,91	5.023,29	Outros Passivos	13	433.245,21	386.538,91
ATIVO NÃO CIRCULANTE		17.119.258,02	10.424.670,93	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		19.768.032,73	11.698.721,02
<u>Realizável a Longo Prazo</u>		<u>7.535.723,52</u>	<u>816.234,87</u>	<u>Exigível a Longo Prazo</u>		<u>19.768.032,73</u>	<u>11.698.721,02</u>
Depósitos Judiciais / Recursais		676.825,12	722.830,00	Provisões Contingenciais	14	12.948.411,77	10.610.680,34
Empréstimos Compulsórios		99.187,94	93.404,87	Outras Provisões - CERES	15	6.759.710,46	0,00
Recursos a Receber do Estado - CERES	7	6.759.710,46	0,00	Parcelamentos INSS / SRF	12	59.910,50	1.088.040,68
<u>Investimentos</u>		<u>11.566,25</u>	<u>11.566,25</u>				
Investimentos		11.566,25	11.566,25				
<u>Imobilizado</u>		<u>9.563.984,38</u>	<u>9.588.173,78</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.916.410,66	3.755.064,40
Imobilizado	8	37.158.842,78	35.876.788,08	Capital social	16	31.600.000,00	31.600.000,00
(-)Depreciação Acumulada		-27.594.858,40	-26.288.614,30	Reservas de Capital		28.254,16	28.254,16
<u>Intangível</u>		<u>7.983,87</u>	<u>8.696,03</u>	Reservas de Lucros	17	11.271.015,28	11.271.015,28
Intangível		93.786,04	93.786,04	Prejuízos Acumulados		-40.982.858,78	-39.144.205,04
(-)Amortização Acumulada		-85.802,17	-85.090,01				
TOTAL DO ATIVO		58.456.376,38	51.408.134,67	TOTAL DO PASSIVO		58.456.376,38	51.408.134,67

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	NOTA EXPLICATIVA	2017	2016
Receita De Vendas de Produtos e Serviços		9.546.618,09	8.020.669,43
(-) Devoluções e Descontos sobre Vendas		-38.039,03	-49.855,11
(-) Impostos incidentes s/vendas		-813.739,98	-563.478,76
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	8.694.839,08	7.407.335,56
(-) Custo de Mercadorias e Serviços Vendidos	19	-5.260.964,09	-5.198.317,14
(=) LUCRO BRUTO		3.433.874,99	2.209.018,42
<u>Outras Receitas e Despesas</u>		<u>-5.392.134,16</u>	<u>2.264.931,36</u>
Despesas com Vendas		-5.767,30	-109,90
Despesas Gerais e Administrativas	20	-107.490.043,81	-100.603.794,51
Contingências Trabalhistas e Cíveis		-2.337.731,43	-1.811.894,75
Outras Receitas Operacionais	21	105.405.182,95	105.259.281,95
Outras Despesas Operacionais	22	-963.774,57	-578.551,43
(=) RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		-1.958.259,17	4.473.949,78
<u>Resultado Financeiro Líquido</u>		<u>91.915,03</u>	<u>305.390,43</u>
Receitas Financeiras		491.398,60	643.818,03
Despesas Financeiras		-399.483,57	-338.427,60
(=) LUCRO OPERACIONAL		-1.866.344,14	4.779.340,21
<u>Outras Receitas e Despesas não Operacionais</u>		<u>-19.549,51</u>	<u>-12.339,50</u>
Ganhos e/ou Perdas no Imobilizado/Intangível		-19.549,51	-15.809,50
Receita da Venda de Sucata		0,00	3.470,00
(=) RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		-1.885.893,65	4.767.000,71
<u>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</u>		<u>-3.239,40</u>	<u>-870.421,77</u>
IRPJ Corrente		0,00	-621.473,14
CSLL Corrente		-3.239,40	-248.948,63
(=) LUCRO E/OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-1.889.133,05	3.896.578,94

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**QUADRO 3 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PL
SALDOS EM 31/12/2015	31.600.000,00	28.254,16	8.594.101,97	-40.388.269,08	-165.912,95
Ajuste Exercícios Anteriores - Retificação de Erros	-	-	-	24.398,41	24.398,41
Doações do Poder Público	-	-	2.676.913,31	-2.676.913,31	0,00
Lucro Líquido do Período	-	-	-	3.896.578,94	3.896.578,94
SALDOS EM 31/12/2016	31.600.000,00	28.254,16	11.271.015,28	-39.144.205,04	3.755.064,40
Ajuste Exercícios Anteriores - Retificação de Erros	-	-	-	107.422,09	107.422,09
Prejuízos Acumulados	-	-	-	-56.942,78	-56.942,78
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-1.889.133,05	-1.889.133,05
SALDOS EM 31/12/2017	31.600.000,00	28.254,16	11.271.015,28	-40.982.858,78	1.916.410,66

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 4 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO E/OU PREJUÍZO LÍQUIDO	-1.889.133,05	3.896.578,94
+ DEPRECIações E AMORTIZAçõES APROPRIADAS	1.287.406,75	851.062,27
+ PERDA NA VENDA DE IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	19.549,51	12.339,50
(-) GANHO NA VENDA DE IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	0,00	0,00
VariaçãO de Clientes	-231.177,84	-323.227,52
VariaçãO de Contas a Receber do Tesouro Estadual	-204.282,56	-612.480,08
VariaçãO de Recursos a Receber do Estado - CERES	-1.096.169,27	0,00
VariaçãO de Estoques	228.809,16	-2.020.695,76
VariaçãO de Adiantam entos	-214.628,63	-190.085,37
VariaçãO de IR/CS Pagos por Estim ativa	0,00	191.445,17
VariaçãO de Im postos Retidos na Fonte	-621.142,23	13.784,96
VariaçãO de Despesas Antecipadas	299.304,24	-132.052,09
VariaçãO de Outros Ativos	-15.821,62	7.383,05
VariaçãO de Fornecedores	803.251,25	-814.234,35
VariaçãO de Salários a Pagar	205.067,54	525.648,18
VariaçãO de Im postos e ContribuiçõES a Recolher	-738.386,02	806.844,99
VariaçãO de ObrigaçõES Trabalhistas	291.042,03	1.041.779,42
VariaçãO de Outras ProvisõES - CERES	1.096.169,27	0,00
VariaçãO de Credores por Convênios	-268.871,65	278.686,29
VariaçãO de Parcelam entos INSS / FNDE / SRF	-540.316,17	79.014,08
VariaçãO de Adiantam entos de Clientes	-77.078,81	280.364,10
VariaçãO de Outros Passivos Circulantes	46.706,30	3.960,78
= CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-1.619.701,80	3.896.116,56
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
VariaçãO de Depõsitos judiciais	46.004,88	-131.122,56
VariaçãO de Em préstimos Com pulsórios	-5.783,07	-6.275,15
VariaçãO de Recursos a Receber do Estado - CERES	-6.759.710,46	0,00
VariaçãO de Investim entos	0,00	0,00
+ Venda de Ativo Imobilizado e Intangível	0,00	0,00
(-) AquisiçãO de Imobilizado e Intangível	-1.282.054,70	-2.642.706,00
= CAIXA CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-8.001.543,35	-2.780.103,71
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
VariaçãO de ProvisõES Contingenciais	2.337.731,43	1.811.894,75
VariaçãO de Outras ProvisõES - CERES	6.759.710,46	0,00
VariaçãO de Parcelam entos INSS / FNDE / SRF	-1.028.130,18	-2.526.593,69
VariaçãO de Ajustes de Exercícios Anteriores	107.422,09	24.398,41
VariaçãO de Prejuízos Acumulados	-56.942,78	0,00
= CAIXA CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	8.119.791,02	-690.300,53
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	20.250.217,94	19.824.505,62
+ VARIAçãO DO CAIXA NO PERÍODO	-1.501.454,13	425.712,32
= SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	18.748.763,81	20.250.217,94

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS - EPAMIG**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A EPAMIG foi constituída pelo Poder Executivo Estadual, através da Lei n.º 6.310, de 08 de maio de 1974 e seu Estatuto aprovado pelo Decreto Estadual n.º 18.647, de 16 de agosto de 1977, como Empresa Pública, sob a forma de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (SEAPA/MG) e organizada nos termos do referido Decreto. Constitui-se no principal instrumento do Governo de Minas Gerais para coordenação e execução da pesquisa agropecuária no Estado. A empresa tem como missão apresentar soluções e inovações tecnológicas para o desenvolvimento sustentável do agronegócio, em benefício da sociedade. A EPAMIG atua como extensão das atividades do Governo do Estado de Minas Gerais, no contexto de sua política de agronegócio, detendo 99,99% do seu capital social, e assegura a continuidade normal de suas operações, substancialmente, mediante transferências de recursos consignados no Orçamento do Estado de Minas Gerais.

A estrutura da empresa consiste na sede em Belo Horizonte, cinco unidades regionais, e vinte e quatro campos experimentais. Há também dois institutos de ensino técnico profissionalizante: o Instituto de Laticínios Cândido Tostes, em Juiz de Fora, e o Instituto Técnico de Agropecuária e Cooperativismo, em Pitangui.

Em parceria com instituições públicas e privadas, a EPAMIG desenvolve pesquisas que contemplam interesses do setor agropecuário através de pesquisas em: Agroenergia (cana-de-açúcar, girassol, macaúba, mamona e pinhão-manso), aquicultura, biotecnologia, cafeicultura, floricultura, fruticultura, grandes culturas (arroz, feijão, soja, trigo, milho), olericultura, processamento agroindustrial (leite, azeitona, uva, frutas), produção animal, silvicultura e meio ambiente.

Muitas das tecnologias levadas pela EPAMIG aos agricultores são frutos de esforço interinstitucional, executadas em parceria com diversas instituições de ensino e pesquisa, em âmbito federal e estadual, bem como, com a iniciativa privada.

2. PRÁTICAS CONTÁBEIS***(a) Apresentação das demonstrações financeiras***

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/1976, com as alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007 e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Lei 12973/2014.

(b) Apuração do resultado

As receitas, despesas e os custos são contabilizadas pelo regime contábil de competência de exercícios. As receitas de serviços são reconhecidas quando o valor da receita possa ser estimado com segurança, for provável que benefícios econômicos decorrentes da transação sejam percebidos pela Entidade e a proporção dos serviços executados possam ser confiavelmente mensurados.

(c) Caixa, equivalentes de caixa

Equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e de depósitos bancários à vista. Estão demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de mercado. Incluem também aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias.

(d) Aplicações financeiras (Valores vinculados – projetos a realizar)

Referem-se às aplicações financeiras realizáveis há mais de 90 dias, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Sua movimentação reflete as entradas e saídas dos recursos destinados à execução dos Convênios e Projetos, das quais são registradas em conta específica para cada Convênio em contrapartida a conta do passivo (Nota explicativa nº 11). As receitas financeiras decorrentes das aplicações financeiras são registradas no passivo em conta específica dos Convênios.

(e) Contas a receber

São reconhecidas pelo regime de competência de exercício decorrente de faturamentos, deduzidos de provisões para perdas, exceto para os valores a receber de alunos e acordos.

(f) Estoques

- Almoxarifados - São demonstrados ao custo médio de aquisição, cujos valores são inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização.
- Os estoques de ativos biológicos e produtos agrícolas existentes são os seguintes:

Bovinos, e outros – Estes estoques estão mensurados a valor justo. O valor justo é determinado com base no preço de mercado dos ativos de acordo com a idade, raça e qualidades genéticas similares.

Produtos agrícolas - São demonstrados ao valor justo. O valor justo é determinado com base no preço de mercado ao final da colheita.

(g) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da correspondente depreciação que é calculada pelo método linear com base na vida útil econômica dos bens (Nota Explicativa nº 8).

(h) Outros ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor de realização ou dos depósitos efetuados, incluindo, conforme aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

(i) Fornecedores

Compreende as obrigações junto a fornecedores pela aquisição de serviços e materiais utilizados nas atividades operacionais.

(j) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos

correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

(k) Provisão para contingências

Uma provisão é contabilizada quando a Empresa possui uma obrigação constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas dos riscos envolvidos. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias.

(l) Ajuste a valor presente

Os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas dos balanços por valores próximos aos respectivos valores presentes, ou seja, de realização.

(m) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração efetue estimativas e suposições, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos para os períodos informados, principalmente com relação a *i)* perda estimada para créditos de liquidação duvidosa - PCLD de valores a receber, *ii)* provisões tributárias, trabalhistas e judiciais, *iii)* depreciações e amortizações e *iv)* outras obrigações.

(n) Imposto de renda e contribuição social

A EPAMIG é optante pelo Lucro Real como regime de tributação, através de apuração mensal por balanço de suspensão/redução. Neste caso, o Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados com base nos resultados apurados cumulativamente até o final de cada mês de apuração, ajustados por adições e exclusões a este resultado e sobre o qual são aplicadas alíquotas vigentes, sendo 15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$ 20.000 por mês para o imposto de renda, mais 9% para a contribuição social calculada sobre o lucro até então apurado.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa	565,63	1.605,20
Bancos Conta Movimento	158.523,76	908.637,47
Aplicações Financeiras (a)	4.825.766,65	5.454.020,62
	4.984.856,04	6.364.263,29
Bancos Conta Movimento - Convênios	0,00	105.579,45
Aplicações Financeiras - Convênios (b)	13.763.907,77	13.780.375,20
	13.763.907,77	13.885.954,65
TOTAL	18.748.763,81	20.250.217,94

O saldo da Conta Movimento – Convênios refere-se a recursos financeiros vinculados a projetos que se destinam a suportar os gastos específicos de convênios firmados pela EPAMIG.

(a) Referem-se a aplicações de recursos livres de vinculação, representadas substancialmente por valores mantidos em fundos de bancos de primeira linha e classificadas desta forma por estratégia financeira da EPAMIG .

(b) Referem-se a aplicações dos recursos financeiros vinculados a convênios que se destinam a suportar os gastos específicos de convênios firmados pela EPAMIG. As receitas financeiras provenientes de tais equivalentes de caixa são reinvestidas nos próprios projetos.

4. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Clientes	2.016.408,03	1.785.404,19
Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa	-359.349,21	-359.523,21
	1.657.058,82	1.425.880,98
Recursos a Receber do Tesouro Estadual	7.142.904,59	6.938.622,03
	7.142.904,59	6.938.622,03
TOTAL	8.799.963,41	8.364.503,01

O saldo a receber do Tesouro Estadual decorre da Subvenção Governamental para custear as despesas da EPAMIG com Folhas de Pagamentos, Encargos Sociais e Parcelamentos de Impostos e Contribuições.

5. ESTOQUES

		<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Matéria Prima	(a)	2.540.701,35	2.850.838,54
Material de Uso e Consumo		418.244,08	423.121,05
Produtos Acabados		1.759.044,06	1.727.289,84
Animais	(b)	4.287.593,92	4.233.143,14
TOTAL		<u>9.005.583,41</u>	<u>9.234.392,57</u>

- a) Registra-se os estoques de almoxarifados da sede e das unidades além dos estoques de produtos agropecuários originados das culturas mantidas pela EPAMIG, como por exemplo, café, cereais, sementes, mudas e outros. Esses produtos são oriundos de projetos de pesquisas da EPAMIG, resultando em produtos melhorados. Para a recuperação dos investimentos em pesquisas, a EPAMIG destina tais produtos à venda, que contabilmente, estão avaliados pelo valor justo;
- b) O Estado de Minas Gerais tem grande vocação para o rebanho leiteiro e, atualmente, é o primeiro produtor de leite no país. Aproveitando dessa vantagem, a EPAMIG desenvolve pesquisas de melhoramento genético de bovinos, entre outros animais. Um caso de sucesso é a produção do F1HZ, animal do cruzamento Zebu/Holandês, resultando em vacas leiteiras e machos para corte. Os estudos da EPAMIG nos animais resultaram em um excelente ganho de peso e alcançaram condições de abate em idade precoce. A EPAMIG, no intuito de recuperar os investimentos de estudo no rebanho, realiza venda de animais para produtores rurais, através de participações em leilões.

6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

O saldo de R\$ 20.844,91 em 31/12/2017 e R\$ 5.023,29 em 31/12/2016 referem-se a créditos junto a fornecedores.

7. RECURSOS A RECEBER DO ESTADO - CERES

A conta tem origem no compromisso que a EPAMIG possui junto ao Plano de Previdência Complementar dos funcionários (Nota 15). O valor contabilizado será advindo do Tesouro Estadual para custear a contribuição patronal devida pela EPAMIG.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Recursos a Receber do Estado - Ceres - CP	1.096.169,27	0,00
Recursos a Receber do Estado - Ceres - LP	6.759.710,46	0,00
TOTAL	<u>7.855.879,73</u>	<u>0,00</u>

8. IMOBILIZADO

O imobilizado, em 31 de dezembro de 2017, é assim demonstrado:

	Saldo Inicial 31/12/2016	Aquisições	Baixas	Saldo Final 31/12/2017 (a)	IPC/BTNF (b)	%	DEPRE ACUM. (c)	IMOB LÍQUIDO a + b - c
Terrenos	1.888.052,51	0,00	0,00	1.888.052,51	851.012,54		0,00	2.739.065,05
Edifícios, Benfeitorias e Instalações	12.778.151,07	49.197,48	-30.364,78	13.166.983,77	84.097,24	4%	-10.496.145,56	2.754.935,45
Máquinas e Equipamentos	11.577.535,42	604.234,43	-2.122,09	12.179.647,76	0,00	10%	-10.200.611,77	1979.035,99
Computadores e Periféricos	1.808.563,42	517.270,21	-492.220,93	1.833.612,70	0,00	20%	-171.543,88	15.068,82
Móveis e Utensílios	909.149,93	14.190,00	0,00	923.339,93	0,00	10%	-804.396,67	18.943,26
Veículos	4.809.831,73	0,00	0,00	4.809.831,73	0,00	20%	-3.217.625,59	1592.206,14
Biblioteca, Mapoteca, Discoteca	63.335,32	0,00	0,00	63.335,32	0,00	10%	-57.717,55	5.617,77
OBRAS EM ANDAMENTO	5.290,00	292.921,90	-39.100,00	259.111,90	0,00		0,00	259.111,90
IMOBILIZADO TOTAL	33.839.909,40	1847.814,02	-563.807,80	35.123.915,62	935.109,78		-26.495.041,02	9.563.984,38

OBS: (b) Diferença de IPC/BTNF - Lei 8.200/1991

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	31/12/2017	31/12/2016
Salários e Encargos Sociais a Pagar	6.194.161,30	5.989.093,76
Provisões para Férias + Encargos	9.398.788,19	9.107.746,16
TOTAL	15.592.949,49	15.096.839,92

A provisão para férias é constituída mensalmente em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridos e proporcionais dos colaboradores acrescidos dos respectivos encargos sociais.

10. TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
ICMS / IPI / FEM A Recolher	29.033,35	20.035,81
IRRF a Recolher	1.402.624,60	1.312.024,62
PIS a Recolher	38.857,79	40.743,12
COFINS a Recolher	186.658,23	195.574,20
IRPJ a Recolher	0,00	545.798,92
CSLL a Recolher	0,00	298.934,22
INSS a Recolher	18.361,37	1.533,72
PIS COFINS e CS Retidos a Recolher	4.711,03	13.082,41
Tributos Municipais a Recolher	14.035,10	4.940,47
TOTAL	<u>1.694.281,47</u>	<u>2.432.667,49</u>

Compreende as obrigações da EPAMIG com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições vencíveis até o final do exercício seguinte.

11. CREDORES POR CONVÊNIOS

		<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Embrapa PAC Obras Infraestrut.717314/09	a	2.605.712,31	2.891.265,14
Incra 839555/2016	b	1.079.991,92	0,00
Embrapa Convenio 732215/2010	c	4.068.328,75	4.339.203,50
Embrapa 793702/2013	d	2.165.251,89	2.603.455,48
Embrapa 776811/2012	e	1.704.005,68	1.168.239,99
Outros Convênios	f	1.807.012,03	2.697.010,12
TOTAL		<u>13.430.302,58</u>	<u>13.699.174,23</u>

Os recursos dos convênios tem como objetivo:

- Difundir e fortalecer a infraestrutura dos Convenientes, adequando-a aos novos desafios da pesquisa agropecuária, nos moldes preconizados pelo Programa de Fortalecimento e Crescimento da Pesquisa Agropecuária Nacional (PAC), no âmbito do Programa de Apoio à Ampliação, Revitalização e Modernização da infraestrutura física das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuárias – OEPAS;
- Realizar Curso Técnico em Agropecuária Subsequente – Pedagogia da Alternância, para atender jovens e adultos oriundos da Reforma Agrária;
- Execução de ações relativas ao fortalecimento da infraestrutura dos Bancos de Germoplasma da EPAMIG, adequando-os aos novos desafios da pesquisa agropecuária;
- Execução dos trabalhos de pesquisa agropecuária e/ou afins em consonância com o Plano de Ação vinculado ao Projeto catalogado no Sistema Embrapa de Gestão;
- Execução dos trabalhos de pesquisa agropecuária, visando a recuperação e modernização do Campo Experimental de Sertãozinho, em Patos de Minas, para realização de pesquisas nas áreas de zootecnia, veterinária e de gestão em produção de leite com gado mestiço;
- Diversos objetivos.

12. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

Os parcelamentos apresentam a seguinte composição:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
CURTO PRAZO		
PAES INSS 60242065-2	782.427,31	1.293.175,92
FNDE Resolução 002 de 23/08/2006	0,00	30.779,48
PAES SRFB/PGFN Lei 10684 de 30/05/2003	217.307,29	1.289.724,72
SRFB Lei 11941 de 27/05/2009	71.873,98	67.928,64
PERT - Lei 13.496 de 24/10/2017	1.069.684,01	0,00
	<u>2.141.292,59</u>	<u>2.681.608,76</u>
LONGO PRAZO		
PAES INSS 60242065-2	0,00	753.997,80
PAES SRFB/PGFN Lei 10684 de 30/05/2003	0,00	209.507,04
SRFB Lei 11941 de 27/05/2009	59.910,50	124.535,84
	<u>59.910,50</u>	<u>1.088.040,68</u>
TOTAL	<u>2.201.203,09</u>	<u>3.769.649,44</u>

Detalhamento dos Parcelamentos

	PAES INSS 60242065-2	FNDE Resolução 2	PAES SRFB Lei 10.684	SRFB Lei 11.941	PERT Lei 13.496
Data de concessão	29/08/2003	29/06/2006	29/08/2003	29/06/2011	24/10/2017
Quantidade de parcelas na adesão	180	130	180	120	a vista
Taxa de juros	TJLP	TJLP	TJLP	TJLP	SELIC
Período de apuração da dívida	De 01/1990 até 05/2000	De 01/1990 até 05/2000	De 09/1997 até 01/2003	De 01/2008 até 03/2008	De 01/2012 até 12/2016
Data do último pagamento	Julho - 2018	Julho - 2017	Março - 2018	Fevereiro - 2019	Janeiro - 2018
Dívida na época da adesão	R\$ 10.133,00	R\$ 391,00	R\$ 10.105,00	R\$ 381,00	R\$ 1.196.054,44
Saldo devedor em 31/12/2017	R\$ 782.427,31	R\$ 0,00	R\$ 217.307,29	R\$ 1.129.594,51	R\$ 1.069.684,01

13. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

O saldo de R\$ 433.245,21 em 31/12/2017 e R\$ 386.538,91 em 31/12/2016 referem-se a valores a pagar a credores diversos, na sua maioria, associações de empregados da EPAMIG.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os processos de natureza cível e trabalhista em que a EPAMIG figura como Ré, são avaliados pela área jurídica e classificados segundo o grau de risco de perda para a empresa; tais como: *perda remota*, *perda possível* e *perda provável* conforme NBC T 19.7 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, Resolução CFC 1.180 de 2009. Com base nessas avaliações é dado o seguinte tratamento contábil:

- Perda provável = efetua-se provisão e menciona-se em Nota Explicativa
- Perda possível = não se provisiona, mas menciona-se em Nota Explicativa
- Perda remota = não se provisiona e nem se menciona em Nota Explicativa

Perdas Prováveis – Provisionadas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Contingências Cíveis	3.007.674,43	912.419,80
Contingências Trabalhistas	9.940.737,34	9.698.260,54
TOTAL	<u>12.948.411,77</u>	<u>10.610.680,34</u>

Perdas Possíveis – Não Provisionadas

Em 31/12/2017, 9 processos judiciais trabalhistas estimados em R\$ 375.803,76 e 4 processos judiciais cíveis estimados em R\$ 190.012,28 foram avaliados com o grau de risco de perda possível.

15. OUTRAS PROVISÕES - CERES

A EPAMIG, de acordo com as suas políticas de benefícios a empregados, é uma das patrocinadoras da Fundação de Seguridade Social – CERES, que concede suplementações de aposentadoria em relação aos da Previdência Social.

Em 2017 a EPAMIG na qualidade de Patrocinadora reconheceu em seu Passivo a obrigação que possui junto a Ceres relativa ao Plano Saldado da Previdência Complementar, nos termos do Contrato Especial de Parcelamento de Compromisso, assinado em 07/2007, mediante aprovação da Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças do Estado de Minas Gerais, conforme OF CCGPGF 025/2007 de 02 de abril de 2007.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ceres Parcelamento Plano Básico - CP	1.096.169,27	0,00
Ceres Parcelamento Plano Básico - LP	6.759.710,46	0,00
TOTAL	<u>7.855.879,73</u>	<u>0,00</u>

16. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da EPAMIG, em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 31.600.000,00 dividido em 20 mil quotas integralizadas pelo Governo do Estado de Minas Gerais e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER, empresa pública estadual, com sede em Belo Horizonte, demonstrado a seguir:

	QUANTIDADE	VR NOMINAL	TOTAL	%
Governo do Estado de Minas Gerais	19.998	1,58	31.596.840,00	99,99%
Emater	2	1,58	3.160,00	0,01%
TOTAL	20.000		31.600.000,00	100,00%

17. RESERVAS DE LUCROS

A Reserva de Lucros está composta pela parcela do lucro líquido de exercícios anteriores decorrentes de doações feitas pelo Poder Público para investimentos. Em consonância com o artigo 30 da Lei 12.973/2014, as doações feitas pelo Poder Público, reconhecidas no resultado com observância das normas contábeis, não serão computadas na determinação do lucro real, desde que registradas na reserva lucros.

As doações ocorridas no exercício de 2017 foram efetuadas pela FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, IEF – Instituto Estadual de Florestas no valor de R\$ 579.337,92 e referem-se ao recebimento de bens patrimoniais. Devido a apuração de prejuízo contábil no exercício de 2017, a parcela decorrente de doações será constituída como Reserva de Lucros a medida que forem apurados lucros em períodos subsequentes.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receita com Venda de Produtos	4.851.989,81	5.133.802,42
Receita com Venda de Animais	935.823,10	819.601,89
Receita com Venda de Serviços	3.758.805,18	2.067.265,12
	9.546.618,09	8.020.669,43
DEDUÇÕES DA RECEITA		
Devoluções, Cancelamentos e Descontos	-38.039,03	-49.855,11
ICMS, IPI, FEM	-188.184,62	-100.111,47
ISSQN	-36.529,39	-39.825,61
PIS	-105.067,68	-75.555,98
COFINS	-483.958,29	-347.985,70
	-851.779,01	-613.333,87
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8.694.839,08	7.407.335,56

19. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	31/12/2017	31/12/2016
Custo dos Produtos Agropecuários	3.205.622,56	3.539.746,59
Custo das Revistas de Publicações	43.015,62	50.785,29
Custo dos Animais Vendidos	775.609,78	656.549,25
Custo dos Produtos Industrializados	749.377,54	323.810,15
Perdas de Produtos	487.338,59	627.425,86
TOTAL	5.260.964,09	5.198.317,14

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com Pessoal	88.844.061,92	84.578.346,78
Material de Consumo	4.875.909,22	4.152.726,50
Serviços de Terceiros	4.209.301,56	4.124.131,65
Despesas Gerais	8.242.700,57	6.583.396,40
Depreciações e Amortizações	1.318.070,54	1.165.193,18
TOTAL	107.490.043,81	100.603.794,51

21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	31/12/2017	31/12/2016
Transferências de Recursos do Estado	96.108.513,72	92.868.767,93
Doações do Poder Público	579.337,92	2.676.913,31
Recursos de Convênios Poder Público	828.902,26	1.235.754,57
Recursos de Convênios Iniciativa Privada	0,00	65.507,83
Superveniências Ativas	6.654.399,93	7.260.716,92
Outras Receitas Operacionais	1.234.029,12	1.151.621,39
TOTAL	105.405.182,95	105.259.281,95

As Superveniências Ativas registram os aumentos de ativos decorrentes do nascimento de animais e a evolução deles e incorporações ao estoque de produtos agropecuários avaliados ao valor justo.

22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Insubsistências Ativas	752.501,08	357.114,35
Perdas de Produtos	31.513,64	48.778,54
Perdas de Animais	179.759,85	172.658,54
TOTAL	963.774,57	578.551,43

As Insubsistências Ativas registram as diminuições de ativos decorrentes de mortes e/ou desaparecimento de animais, e da avaliação de animais e de produtos agropecuários ao valor justo.

23. RESULTADO CONTÁBIL DO PERÍODO

O resultado contábil líquido em 31 de dezembro de 2017 foi um prejuízo no valor de R\$ 1.889.133,05, enquanto no mesmo período do exercício de 2016 foi um lucro de R\$ 3.896.578,94.

Os principais fatos que explicam a variação no resultado são:

- Em virtude da crise econômica e financeira pela qual passa o Estado de Minas Gerais, houve uma redução no aporte de recursos do Tesouro e de Emendas Parlamentares Estaduais no exercício de 2017 no valor de R\$ 1.458.427,90;
- Redução significativa no recebimento de doações de bens patrimoniais oriundos de convênios com Órgãos Federais, no valor de R\$ 2.097.575,39;
- Aumento do pagamento de sentenças judiciais no valor de R\$ 476.621,42;
- Aumento da provisão para contingências referentes a processos judiciais trabalhistas e cíveis com probabilidade de perda provável no valor R\$ 525.836,68;
- Diminuição da avaliação do estoque de animais devido a queda no preço da arroba do gado provocada pela crise da JBS em conjunto com ano de baixa safra de café em 2017 geraram o aumento de insubsistências ativas no valor de R\$ 991.540,13.

RUI DA SILVA VERNEQUE

Presidente

CPF 261.508.086-53

TRAZILBO JOSÉ DE PAULA JÚNIOR

Diretor de Operações Técnicas

CPF 862.417.537-20

GUILHERME HENRIQUE DE AZEVEDO

MACHADO

Diretor de Administração e Finanças

CPF 879.654.536-49

PATRÍCIA FRANÇA TEIXEIRA

Chefe Dpto. de Orçamento e Finanças

CRC-MG 077.484/O-0

LUCIANA PAULA XAVIER RIBEIRO

Chefe da Divisão Contábil Fiscal

CRC-MG 080.601/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2017

Cumprindo determinações constantes do Estatuto da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG, examinamos o Relatório Financeiro de 2017, composto de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Fluxo de Caixa, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Financeiras, Composição do Capital Social, Composição da Receita e Composição e Composição da Despesa. Com base no Relatório de Avaliação de Efetividade nº 3050.0096.18, referente ao exercício de 2017, elaborado pela Auditoria Interna da EPAMIG, e datado de quatro de abril de 2018, e no acompanhamento realizado por este Conselho, concluímos pela adequação técnica às normas legais vigentes dos documentos analisados e, por esta razão, recomendamos a sua aprovação pelo Conselho Administrativo, com as ressalvas apontadas e o cumprimento das recomendações contidas no Relatório em questão.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2018.



Márcio Maia de Castro
Membro do Conselho Fiscal



Livia Maria Siqueira Fernandes
Membro do Conselho Fiscal



Amarildo Brumano Kalil
Membro do Conselho Fiscal



Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

Av. José Cândido da Silveira, 1647 - União
CEP 31170-495 Belo Horizonte, MG
Tel. (31) 3489-5000
www.epamig.br

